Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer o encaminhamento de indicação de Representação à Procuradoria-Geral da República para apurar indícios de prevaricação por parte do presidente Lula, decorrente de sua admissão de conhecimento prévio sobre casos de assédio sexual e moral envolvendo o ex-ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida.

Senhor **Presidente**,

Nos termos do art. 113, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o encaminhamento de indicação de Representação à Procuradoria-Geral da República para apurar indícios de prevaricação por parte do presidente Lula, decorrente de sua admissão de conhecimento prévio sobre casos de assédio sexual e moral envolvendo o ex-ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

CD242953978900

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

INDICAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Evair Vieira de Melo)

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Com elevada estima pelo papel fundamental desempenhado pela Procuradoria-Geral da República na defesa do estado democrático de direito, da ordem jurídica e da integridade do patrimônio público brasileiro, dirijo-me a Vossa Excelência para expor e solicitar a atuação desta prestigiosa instituição frente às circunstâncias que envolvem os indícios de prevaricação por parte do presidente Lula, decorrente de sua admissão de conhecimento prévio sobre casos de assédio sexual e moral envolvendo o ex-ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida.

Isto porque, conforme noticiado[1], admitindo que já tinha conhecimento de que o ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, foi denunciado por assédio sexual e moral, o presidente Lula (PT) afirmou, nesta sexta (6), que quem pratica assédio "*não vai ficar no governo*". Em entrevista à Rádio Difusora, de Goiânia, Lula avaliou não ser possível que Almeida continue em seu governo, por contrariar o discurso de defesa das mulheres e dos direitos humanos. O presidente disse que soube das denúncias contra Almeida enviadas à ONG Me Too Brasil. Mas somente após a repercussão do escândalo por meio da imprensa, sinalizou publicamente ter iniciativa de apurar rigorosamente o caso.

"*Alguém que pratica assédio não vai ficar no governo. Eu só tenho que ter o bom senso de que é preciso que a gente permita o direito à defesa, a presunção de inocência. Ele tem direito de se defender. […] Porque, veja, eu tô numa briga danada contra a violência contra as mulheres. Meu governo tem prioridade em fazer*

[1] https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/csa-brasil/lula-retarda-demissao-e-admite-que-sabia-de-assedio

CD242953978900
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

com que as mulheres se transformem, definitivamente em uma parte importante da política nacional. Então, eu não posso permitir que tenha assédio. Nós vamos apurar corretamente, mas acho que não é possível a continuidade [de Almeida] no governo, porque o governo não vai fazer jus ao seu discurso, à defesa das mulheres, à defesa inclusive dos direitos humanos, com alguém que seja acusado de assédio", disse Lula.

O Ministério das Mulheres publicou nota em que afirma que "*nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada*". E classificou como graves as denúncias de assédio envolvendo o ministro Silvio Almeida. "*É preciso que toda denúncia seja investigada de forma célere, com rigor e perspectiva de gênero, dando o devido crédito à palavra das vítimas, e que os agressores sejam responsabilizados de forma exemplar*", diz um trecho da nota.

Ainda, conforme noticiado[2], o ex-secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, secretaria ligada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), Ariel de Castro Alves, afirmou que soube do assédio do ex-ministro Silvio Almeida, demitido nesta sexta-feira, 6, contra a ministra da Igualdade Racial Anielle Franco, denunciado em nota divulgada nesta quinta, 5, pela ONG Me Too, que luta contra o abuso a mulheres, no primeiro mês do ano. "*O governo (também) sabia desde janeiro*", disse ao Estadão. "*Na época foi difícil acreditar, mas depois ouvi colegas do movimento negro e do MDHC que confirmaram e falaram que as situações eram reiteradas*", afirmou Castro Alves. Ele já havia deixado o ministério em maio do ano passado, mas afirmou que recebeu os relatos de colegas sobre o assédio e das denúncias contra o ministro depois de sua exoneração.

Alves afirma que, após o caso envolvendo Anielle, surgiram outras denúncias de assédio moral na Pasta, envolvendo Almeida e

[2] https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governo-sabia-desde-janeiro-diz-ex-secretario-sobre-acusacao-de-assedio-de-silvio-almeida,1f249a805e99dd162d3dfaa40cb3634dhdneu56d.html

CD242953978900
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

assessoras diretas dele. Ele também relatou diversos nomes que teriam deixado a Pasta em razão de episódios de assédio moral, que a reportagem não publicará por não ter conseguido contato com elas. O ex-secretário diz que "*mais de 50? pessoas deixaram o MDHC "chateados e frustrados*" com as atitudes de Almeida e de suas principais assessoras. Ele foi exonerado da Secretaria dos Direitos da Criança em maio do ano passado. "*Ele (Silvio Almeida) e alguns assessores dele justificaram que eu não teria competência e que era insubordinado, porque não aceitava ordens de um ministro negro, dando a entender que eu seria racista*", diz. Lamentando a denúncia de assédio contra Anielle, Alves diz que o episódio deixa um prejuízo para a luta pelos direitos humanos no Brasil, e que todo o País perde com a crise instaurada no Ministério. "*Só tenho a lamentar que a gestão dele esteja terminando dessa forma.*"

A ONG Me Too Brasil, que luta contra o abuso a mulheres, divulgou nota nesta quinta-feira, 05/09, afirmando que o ministro Silvio Almeida foi denunciado por assédio sexual. O ministro reagiu, disse que se trata de uma acusação sem provas e acionou a Polícia Federal para investigar o caso. O comunicado da entidade veio a público após a publicação da notícia pelo site Metrópoles. As acusações contra Almeida foram feitas por ex-integrantes do ministério.

O Me Too Brasil omitiu o nome das denunciantes sob o argumento de que era preciso protegê-las, mas assegurou ter o consentimento das vítimas para expor o assunto. "*A organização de defesa das mulheres vítimas de violência sexual Me Too Brasil confirma, com o consentimento das vítimas, que recebeu denúncias de assédio sexual contra o ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos. Elas foram atendidas por meio dos canais de atendimento da organização e receberam acolhimento psicológico e jurídico*", diz o comunicado.

CD242953978900

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

Diante desse contexto, consoante informações veiculadas, o Presidente Lula admitiu publicamente ter conhecimento prévio de denúncias que relatam assédio sexual e moral cometido pelo ex-ministro Silvio Almeida. No entanto, as providências para investigar e apurar tais denúncias só foram anunciadas publicamente após a ampla repercussão do caso pela mídia. Essa omissão inicial, associada ao conhecimento das acusações sem ação imediata, pode configurar o crime de prevaricação, conforme previsto no artigo 319 do Código Penal Brasileiro.

O crime de prevaricação é tipificado como: "*Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal*." A pena prevista para esse crime é de detenção, de três meses a um ano, e multa.

Diante do exposto, solicito respeitosamente a Vossa Excelência que se digne a conduzir investigação minuciosa sobre os indícios de prevaricação por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em decorrência de sua admissão de conhecimento prévio sobre denúncias de assédio sexual e moral envolvendo o ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. O objetivo é apurar se houve a prática de prevaricação ou outro crime correlato no tratamento dessas denúncias, tendo em lume ter retardado ou omitido sua responsabilidade de tomar providências imediatas frente a essas graves denúncias.

Destaco a necessidade de apuração célere e rigorosa, dada a gravidade das acusações e a importância de garantir que casos de assédio, especialmente no âmbito do governo federal, sejam tratados de forma exemplar e com total transparência.

Confio na pronta atuação de Vossa Excelência para que essas questões de grande relevância sejam devidamente investigadas e tratadas com a seriedade que a situação exige.

CD242953978900

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 09/09/2024 13:02:09.510 - Mesa
INC n.1186/2024

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

CD242953978900

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242953978900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo